

## CONTROLE SOCIAL NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO (SÃO PAULO, 1808-1850)

*Denise A. Soares de Moura*

Doutoranda em História pela USP. O presente texto trata de algumas questões que vêm sendo desenvolvidas na redação de minha tese de doutoramento. Esta pesquisa conta com apoio financeiro da FAPESP

Dois processos não concomitantes marcaram os anos 1808-1850: o de emancipação e o de formação do Estado Nacional<sup>1</sup>. Coincidiram com um movimento de sedentarização na província de São Paulo, provocado pela economia canavieira, que estimulou a mobilidade das tropas de cargueiros de açúcar e atividades pastoris. O comércio de animais foi um dos motores da economia paulista<sup>2</sup>. O andamento dessas forças econômicas na província influiu obrigatoriamente na sociedade da capital, centro administrativo da então capitania desde o período colonial.

O incipiente centro urbano passou a viver uma fase embrionária e de gestação da mudança, conquanto fosse um ambiente destituído de expressão demográfica, como acontecia com vários núcleos urbanos do país, como muitos da capitania do Espírito Santo<sup>3</sup>, não dispusesse de projeção econômica,

1. HOLANDA, S. B. *A herança colonial – sua desagregação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo II, vol.1, 1993.

2. HOLANDA, S. B. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*. São Paulo: n. 1: 55-111, 1966; PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976 e *A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

3. HOLANDA, S. B. *O Brasil Monárquico*. 6 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo II, vol. II, p. 353.

mantivesse as dimensões do seu perímetro urbano colonial – e que se arrastaria pelo menos até meados de 1870 – e fosse uma sociedade materialmente acanhada, em relação a outras capitais de província que tiveram processos histórico-formativos bastante diferenciados.

Um dos elementos decisivos para que a capital ocupasse essa posição central na província desde sua formação e se favorecesse grandemente de um desenvolvimento que se dava essencialmente no interior da província, como em Itu, Porto Feliz, Campinas e outras, foi a sua geografia, naturalmente formando-a como ponto de passagem obrigatória, em termos de caminhos fluviais e terrestres, ligando-a a Santos e a outras províncias importantes, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais.<sup>4</sup> Ser um entreposto comercial e ponto obrigatório de passagem foi algo extremamente favorável para a fermentação urbana, social e econômica da capital, incomparável, sem dúvida, à situação de outras províncias como Salvador e Recife, mas que lançou os embriões de mudanças e dinamismo.

Processo oposto condicionou a geografia da cidade de Vitória, cujas estradas existentes não satisfaziam: limitavam-se ao caminho para o norte e para o sul, chegando-se ao Rio de Janeiro e à Bahia pela costa. Na capitania do Espírito Santo, o desenvolvimento acontecia morosamente. Cana, algodão, café, milho, arroz, feijão e mandioca eram produzidos, mas sem intenção e vontade de alimentar os mercados exteriores<sup>5</sup>. O Rio Doce, caminho de acesso às Minas Gerais era, de fato, promessa de muitas possibilidades, cobiçado pelas autoridades desde o século XVIII. Com a penetração dos interesses ingleses no país, assim que foi encetado o processo da emancipação, os britânicos prevaleceram nos favores concedidos para sua navegação e exploração, em 1825. Mas a princípio, nada indica que este vale de promessas para o desenvolvimento do Espírito Santo tenha levado, na época, a um crescimento econômico e social de ritmo mais dinâmico.

Na capital paulista, em torno do transporte do açúcar em lombo de burros e o comércio de animais que vinham dos campos de Curitiba, com passagem e paragem obrigatória no seu perímetro urbano e arredores, foi crescendo

4. PRADO Jr., C. O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8a ed., São Paulo: Brasiliense, 1972.

5. HOLANDA, S. B. O Brasil...op. cit., tomo II, v. II, p. 360.

uma microeconomia de trocados, baseada na atividade comercial ambulante, que se aproveitou enormemente desta economia em trânsito e outras atividades relacionadas ao movimento de animais e açúcar, como as estalagens, os pousos, os pastos de aluguel, o trabalho dos seleiros, a função de domar animais. A população da cidade, formada por escravos, homens e mulheres com condições econômicas variáveis, indo do pequeno sitiante ao negociante de animais, de lojas de secos e molhados, com patente militar, religiosos e estudantes do curso jurídico, se combinava aos muitos tropeiros e trabalhadores, livres ou cativos, de passagem, formando o ambiente socioeconômico da capital.

Em termos nacionais, a sociedade brasileira vivia os impulsos de fundação das suas instituições, simultaneamente a um contexto de desagregação lenta e recuada da herança colonial. Era também um momento de emergência dos grupos sociais, tanto das elites econômicas e políticas, como das camadas populares. O ambiente político era fértil pelas redefinições, criação de instituições novas, reajustamentos, indefinição dos quadros dirigentes, formação das bases jurídicas, legislativas e administrativas em todas as esferas da sociedade, como, por exemplo, quanto à questão do acesso à terra, à mão-de-obra escrava importada da África, às relações comerciais, ao sistema repressivo na figura da Guarda Nacional, policial, à criação do código criminal, à redefinição do poder municipal através do reordenamento do uso e ocupação do espaço público pelos diferentes segmentos sociais.

Coube à municipalidade, no âmbito das localidades, embora com poder reduzido em relação ao período colonial, dividindo-o com o poder provincial e de chefes de polícia, a tarefa de apaziguar a ebulição política e emergência dos segmentos sociais neste contexto de redefinições e reajustamentos. Na verdade, a emancipação e formação do Estado Nacional, que não foram processos simultâneos, trouxeram à tona o grande problema da maioria de mestiços, escravos, pobres, negros e mulatos que formavam a sociedade brasileira. Dessemelhança étnico-social combinada à extensão do território e dispersão política pelas várias províncias, dificultando o processo de centralização do poder e fundação de cenário estável politicamente, com hegemonia a partir da corte.

Esta estabilidade política precisava ser burilada desde a microesfera das municipalidades, por isto a necessidade de um movimento de reordenamento dos usos e ocupação dos espaços públicos nas cidades e nas capitais do país, inclusive nas de urbanização incipiente. Moderar a mobilidade dos segmentos sociais, reprimir e tentar levar para o controle municipal as práticas lúdicas e festivas populares (capoeira, danças de negros, a festa do Rosário, as congadas, o jogo de búzios, a dança dos caiapós, a festa do Divino Espírito Santo), coibir

o costume de reunião nas ruas, nas tabernas ou vendas, ou seja, refrear uma costumeira convivência orgânica, principalmente entre os segmentos populares, escravos, forros e livres, foi parte da ação autoritária e repressiva da obra de formação do Estado Nacional traduzida na atuação do poder articulado entre província e municipalidade.<sup>6</sup>

Principalmente a partir de 1822, as cidades e capitais estiveram sob processos de interferência na sua arquitetura, nos hábitos e costumes, nos usos dos terrenos públicos e de servidão pública, nos divertimentos e manifestações culturais de suas populações. A economia de trocados em pleno vigor, num ambiente urbano embrionário, na capital de São Paulo, neste período, esteve sob a contínua diretriz dessas intervenções.

Uma das formas para moderar a mobilidade dos segmentos sociais numa sociedade de economia baseada na intermitência necessária, foi a ação vigilante e repressiva de fiscais da Câmara e policiais quanto aos mecanismos de funcionamento da quitanda volante e do comércio miúdo de alimentos. As elites locais, compostas por negociantes de animais, donos de lojas de secos e molhados e com patentes militares elevadas brigavam pelo controle das tributações dessa microeconomia com interesses próprios de amealhar recursos, mas também punham em prática processos autoritários e repressivos mais amplos de fundação do Estado Nacional centralizado e estável politicamente, na medida em que era possível.

As casinhas, tipo de mercado público surgido no final do século XIX, combinadas com as idéias das feiras e pontos definidos de comércio, além de proporcionarem aumento do erário municipal, forçavam o controle da vendagem, a reunião dos comerciantes miúdos num único ponto, vigiado, coibindo a andança desenfreada pelas ruas da cidade. Muitos comerciantes miúdos de alimentos, vindos dos arredores com seus cargueiros de farinha, toicinho, carne e criações se dirigiam diariamente para a Capital. Pela prescrição da Câmara, eram obrigados a dar entrada nas Casinhas, informando nome e quantidade de produtos aos fiscais, fazendo pagamento também da avença devida. Não poderiam, assim, circular pela cidade, como costumeiramente sempre fizeram.<sup>7</sup>

6. Atas da Câmara, Registro Geral da Câmara e Papéis Avulsos. Arquivo Histórico Municipal de S. Paulo (AHMSP), 1808-1850. Cf. também *Offícios da Capital e Polícia*. Arquivo Público do Estado de S. Paulo (APESP).

7. A documentação da Câmara Municipal, citada em nota acima, oferece informações sobre estas questões, mas bastante fragmentariamente.

As casinhas, como parte do desenho arquitetônico persistentemente colonial da capital paulista, principalmente a partir dos anos 20 do Dezenove, passaram a não dar mais conta do aumento do número de negociantes miúdos, forçando a Câmara a combinar o costume da vendagem apregoada e andarilha das ruas com as licenças, tributações e controles impostos. Assim, os lavradores e donos de pequenos cargueiros de porcos, deveriam apresentar-se ao fiscal, registrar seus nomes, pagar a avença e retirar-se para seus negócios, afastando-se, assim, do olho vigilante de guardas e sentinelas. Em outra situação, baseando-se na prática costumeira de se comprar e vender em trânsito, a Câmara definia que se até certo momento do dia ninguém fosse às casinhas comprar, os vendedores poderiam perambular pelas ruas com seus mantimentos.

Os negociantes dessa economia de vinténs, por outro lado, tenderam a fazer das casinhas, local que deveria ser exclusivamente de permanência para a venda, ponto de morada e de reuniões para jogos<sup>8</sup>, prática importante para burilar contatos e amizades imprescindíveis para o próprio funcionamento dessa microeconomia de trocados. Inúmeros ofícios da Câmara noticiavam situações como estas e pediam aos delegados de polícia aumento do número de tropas policiais na vigilância e repressão destas práticas. Pela documentação policial da época, percebe-se que foi impossível conter definitivamente o trânsito incessante e solto desses negociantes pelas ruas da cidade.

Muitas vezes, suas práticas forçaram a Câmara a refazer suas decisões, como quando definiu que todos os capados introduzidos para vendagem nas casinhas, deveriam estar mortos, ou seja, deveria ser vendida somente a carne. Mas costumeiramente traziam os animais vivos, em *manadas de porcos*, como diziam, levando a Câmara a erguer chiqueiros e criar meios de tributá-los como capados vivos. Os negociantes, trazendo-os soltos, deixavam-nos nos arredores, em quintais de conhecidos e amigos, talvez companheiros de partidas de jogo, apresentando-se aos fiscais com menos cabeças de animais e diminuindo assim, o valor de suas avenças. Trazer capados vivos e mortos ampliava também as possibilidades de negociação, já que negócios poderiam ser feitos tanto com os de viagem com cargueiros de açúcar e animais para vendagem, que preferiam e precisavam da carne já pronta para ser consumida em trajeto, como os moradores e sitiantes locais, que tanto poderiam se servir da carne, como dos animais vivos para ampliar suas criações.<sup>9</sup>

8. Papéis Avulsos. AHMSR, 1809 e Atas da Câmara. AHMSR, 1833.

9. Papéis Avulsos. AHMSR, 1832 e 1833.

As quitandeiras e quituteiras das ruas<sup>10</sup>, os vendedores ocasionais de peixe tinham uma série de mecanismos costumeiros que lhes permitia lidar com o autoritarismo e a repressão da associação entre poder municipal e provincial. Havia os circuitos de informações informais que davam conta do itinerário dos guardas policiais ou garantia de vistas grossas, tecidas pelas relações de amizade e conhecimentos que tinham com os próprios guardas. Enfrentavam o esforço em coibir sua mobilidade, restringindo-lhes as ruas de trabalho e vendagem, brigando com policiais, insistindo em permanecer nas ruas proibidas, ajudando-se mutuamente.

Acima de tudo, como se tratava mais de um coexistir do que existir, procuraram preservar o quanto puderam o convívio orgânico, reajustando-o às oportunidades de trabalho que germinavam em torno da economia de açúcar e vendagem de animais, em trânsito e parada na capital. O trabalho livre no Brasil nasceu como expediente e arranjo e não como atividade sistemática e regular, devido ao predomínio da escravidão, um dos pilares sustentadores da economia e da sociedade. Relações de amizade, vicinais e de parentesco, acordos apalavrados e informais, combinações mútuas, favores, critérios afetivos permearam as possibilidades de ganha-pão e foram mecanismos de funcionamento de um sistema de trabalho livre e que se definia como *agências* ou *negócios*.<sup>11</sup>

Sob esses nomes abrigou-se uma infinidade de serviços: vendedores ambulantes, domadores de animais, quituteiras das ruas, quitandeiras, pequenos lavradores, seleiros, camaradas, trabalhadores de tropas, pequenos tropeiros, negociantes de animais, carpinteiros. A escravidão sufocou a possibilidade do ofício, deixando brechas para o desenvolvimento do trabalho livre afeito ao circunstancial, ou seja, se o momento favorecesse, era possível negociar as criações de um cativo do círculo de relações, por favor prestado, permuta ou divisão de ganhos, num dia ou numa manhã e à tarde ou no dia seguinte sair em viagem de tropa.

Mas lidar e se encaixar numa economia que não era de poupança e enriquecimento, mas de sobrevivência, manejando as possibilidades de ganha-

10. DIAS, M. O. L. da. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

11. MOURA, D. A. S. de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo (Campinas, 1850-1888)*. São Paulo:Campinas; FAPESP:UNICAMP, 1998.

pão numa sociedade escravista e que, no caso da capital, não se baseava na agricultura de exportação, mas numa microeconomia de trocados em torno de uma economia de passagem, significou o histórico exercício de um convívio orgânico das ruas. Mas essa convivência simbiótica estava na contramão dos reformismos municipais e provinciais, como parte da obra maior de formação do Estado Nacional. Além disso, eram desaconselháveis para um tempo de ebulição política e emergência da maioria mestiça, de negros e pobres que as elites dirigentes sempre tiveram cautela e relutância em reconhecer como povo brasileiro.

A combinação do poder municipal com o provincial procurou refrear o quanto pôde e até onde foi possível a convivência em ajuntamento dos espaços públicos, embora em certos momentos precisasse recorrer a este costume. Esta convivência demoradamente externa à casa e imprescindível acontecia rotineiramente nas pontes, que, quando construídas em pedra, tinham inclusive assentos, nas lavagens públicas de louças e roupas nas fontes d'água e rios, nos pátios das igrejas, em certas ruas de concentração do comércio miúdo e de trocados, no costume das criações soltas pelas ruas, as quais exercitavam confianças vicinais e no despejo dos dejetos em becos e certas ruas.<sup>12</sup>

Principalmente os segmentos subalternos e de menos recursos precisaram, historicamente, solidificar esta convivência orgânica e no costume de ajuntarem-se, punham em prática mecanismos que a viabilizavam, como os compromissos morais de parentes e amigos, cumplicidades, favores, confiança, estima, afetos vicinais. Contudo, de forma alguma se tratou de uma convivência harmoniosa nesses espaços públicos, mas continuamente atravessada por um teor violento, já que toda formação sócio-cultural fundada na emoção e no plano doméstico é visceralmente violenta.

Mas neste texto o que está em jogo é o esforço de controle social do espaço público, numa cidade em que este passou a ser mais intensamente usado, em relação ao seu passado colonial, como parte de um projeto mais amplo de formação do Estado Nacional. Visava tal controle moderar e refrear convívios orgânicos e tensões e acordos dos segmentos sociais pobres, forros escravos e livres, com as esferas de poder, no sentido de preservar, criativamente, mecanismos costumeiros fundamentais. Por isso, mantiveram o quanto

12. Ofícios da Capital. APESP, ordem 869, 1833 e 1834; Papéis Avulsos. AHMSP, 1833 e 1834; Atas da Câmara. AHMSP, 24.08.1846.





Se as posturas proibindo a demora dos cativos nos interiores das tabernas, ultrapassando o tempo necessário para as compras, avançaram o século XIX inteiro, é sinal da persistência desta prática, forçando a criação e repetição da postura. Por outro lado, a concentração das obrigações domésticas nas mãos dos escravos urbanos, somada à necessidade que tinham de sobreviver como escravos de ganho, ganhando para si e seus senhores ou senhoras, inseria-os numa lógica de convívio social na qual a venda era ponto chave para contatos e possibilidades de arranjar novas oportunidades de ganho. Guardas policiais, comandantes de plantão e oficiais de patentes eram a todo momento surpreendidos na beira do balcão ou sob uma roda de jogo nos interiores dessas mesmas vendas sob o fogo cruzado das posturas municipais.

Fogos, rojões, foguetes, busca-pés, salvas de tiros tenderam a ser cada vez mais rigidamente cerceados e punidos com multa e dias de prisão, porém a força do costume abria-lhes exceção para os dias das festas profano-religiosas de S. João, São Pedro e Santo Antonio, além das festas oficiais da Monarquia constitucional, que exploravam fartamente essas práticas proibidas na rotina cotidiana. O costume e os usos populares tenderam, portanto, a flexionar os mecanismos de autoritarismo e repressão que sempre seduziram as elites dirigentes. Além disso, os que criavam as leis e posturas e os que eram encarregados de fazer sua aplicação, como os guardas policiais e seus comandantes, freqüentemente eram surpreendidos cometendo essas infrações, porque acima de tudo estavam inseridos num jogo de relações sociais e agiam também orientados por interesses próprios, não exclusivamente em nome de ideologias.

Repressão e autoritarismo estão inseridos num contexto de relações sociais, arena de acordos e tensões entre os diferentes segmentos, que o historiador João José Reis chama de um palco de *negociação e conflito*<sup>14</sup> e E. P. Thompson reflete como um campo societal<sup>15</sup>. O trabalho empírico do historiador com um universo amplo e variado de fontes, estudando as sociedades do passado, mostra que repressão e autoritarismo não são esquemas vitoriosos. Se entendidos como parte de projetos que se realizaram com êxito, impossibilitam a

14. REIS, J. J. & SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Comp. das Letras, 1989.

15. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Comp. das Letras, 1998.

emergência da memória de processos sociais dinâmicos e criativos, os potenciais das relações sociais.

Os processos de controle social do espaço público na capital da província de S. Paulo, na primeira metade do século XIX, foram de fato repressivos e autoritários, mas se flexionaram a práticas costumeiras e populares, como quando se aproveitavam dos ajuntamentos, embora perseguissem cativos, forros e pobres livres com rigor quando estes se ajuntavam ou quando acomodavam seus controles e tributações ao costume da vendagem andarilha.

Agentes de uma microeconomia de trocados, voltados para o abastecimento local de alimentos, em certa medida se dirigiam para as casinhas criadas pela municipalidade, fazendo-as também ponto de moradia e jogo. Os populares, portanto, se aproveitavam das falhas dos sistemas normativos e de controle social para dar vazão às suas práticas costumeiras, criativas e de sobrevivência material e social. Estiveram atentos a todas as determinações vindas *de cima*, mas as inscreveram num novo registro cultural. A defesa das áreas de servidão pública pela Câmara enquanto de domínio municipal, diante do avanço das pretensões particulares, era incorporada pelos segmentos como defesa de um terreno de passagem ou encontro costumeiro, como já faziam desde seus antepassados familiares e vicinais<sup>16</sup>. Os ajuntamentos tão rigorosamente combatidos, perseguidos, submetidos a freios se imiscuíam aos vacilos da norma que tendia a referendar suas práticas e atuações.

Nesse sentido, o que venho tentando fazer através da documentação da Câmara, de cunho policial e jurídico, é documentar o movimento das relações sociais numa sociedade de mudança e urbanização embrionária e em gestação, de modo que venham à tona processos sociais criativos e que apontem a especificidade de uma realidade no contexto da emancipação e formação da unidade nacional.

Os mecanismos autoritários e repressivos das elites dirigentes locais que emergiam e se formavam com o Império Constitucional tiveram que competir com as práticas de sobrevivência costumeiras e cotidianas dos segmentos populares em todas as províncias e capitais do país. Neste caso, venho acompanhando este processo numa realidade que vivia um processo incipiente de crescimento e urbanização em vista das inúmeras atividades comerciais

16. Papéis Avulsos. AHMS, 1827 e v. também Autos-cíveis. APESP, 1808-1850.

miúdas que foram se constituindo em torno da sua condição de entreposto comercial, de passagem de cargueiros de açúcar e tropas de animais para vendagem.

Tratou-se de uma fase germinal dos processos de controle social num ambiente urbano incipiente e sob as ressonâncias da tensa conjuntura regencial, atravessada por processos sociais criativos que teimavam em manter formas de convívio estreitas, num universo socioeconômico que as fazia imprescindíveis e num contexto político e urbano que as desaconselhava.

• • •